



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL

RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL EFETUADA PELO AUDITOR DA ENTIDADE (NBC TR 2410) ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS – EM 30 DE JUNHO DE 2022 LEVANTADAS CONFORME PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 21(R1) – NBC TG 21(R4)

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE REVISÃO ESPECIAL
(NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade)**

Aos

Diretores e demais Administradores da

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL

15.763.423/0001-30

SCS Quadra 9, Lote C, Torre C – 7º e 8º Andares

Brasília/DF

Prezados Senhores,

I - INTRODUÇÃO

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais, da **EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA - EPL**, contidas nas Demonstrações Contábeis referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração da mutação do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa e do resultado abrangente, além das notas explicativas.

A Administração da **EPL**, é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional) *IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Intermediárias ou Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

II – ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

III – CONCLUSÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

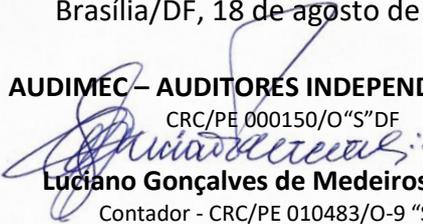
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Demonstrações Contábeis levantadas em 30 de junho de 2022 não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Brasília/DF, 18 de agosto de 2022



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O“S”DF


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”DF

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”DF
CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 “S”DF
CNAI 4850



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O segundo trimestre do exercício, no cenário econômico mundial continuou a experimentar os impactos causados pela guerra entre Ucrânia e Rússia, o que afeta diretamente as relações políticas, econômicas e comerciais de muitos países, dentre eles o Brasil, que tem na Rússia um parceiro de negócios expressivo, pois é o sexto país de quem mais importa produtos, representando US\$ 5,701 bilhões em importações só em 2021.

Além disso, a Rússia é o segundo maior produtor mundial de petróleo bruto e entre as ações relacionadas ao conflito tomou a iniciativa de cortar três milhões de barris da sua oferta mundial do produto, aumentando a instabilidade no setor. Apesar desse desafio, as medidas tomadas pelo Governo Federal do Brasil minimizaram os impactos econômicos e contribuíram para manter a estabilidade no setor de transportes, no qual a Companhia atua fomentando o seu desenvolvimento.

Para a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) o período foi marcado pela alteração na Presidência da Companhia e pela publicação do Decreto nº 11.081, de 24 de maio de 2022, que autorizou a sua incorporação pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S. A.

Com o citado normativo houve avanço nas medidas para viabilização da incorporação, a qual está sendo realizada por meio de um trabalho conjunto entre as duas estatais e coordenada pelo Ministério da Infraestrutura. A operação societária tem como objetivo precípua a racionalização da Administração Pública, diante de uma tendência de desestatização de serviços públicos em decorrência do atual cenário de restrição fiscal e limitação de gastos.

A expectativa com a operação é a obtenção de ganhos de receita e de eficiência na prestação dos serviços para a sociedade, além de permitir maior economia nos custos gerais, e melhor gestão gerencial de forças e conhecimentos, ampliando a capacidade de investimento do Estado. Essa reorganização administrativa vai ao encontro do objetivo da instituição de “redução do custo através da racionalização das suas despesas”.

Não obstante o avanço nesses trabalhos, a EPL não reduziu ou alterou seu foco de entregas. Os projetos em andamento avançaram com regularidade, sempre com o propósito de produzir os melhores resultados para o planejamento da infraestrutura do país e dar suporte e subsídios para o programa de concessões do Ministério da Infraestrutura.

Entrega relevante para a infraestrutura nacional, contando com a participação ativa da EPL em sua estruturação, foi o leilão do sistema rodoviário Rio-Valadares (BR-116/465/493/RJ/MG), realizado em maio, que teve como vencedor o grupo EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., responsável pelos investimentos de R\$ 11,3 bilhões, pelos próximos 30 anos, nos 726,9 quilômetros de extensão.

Outrossim, merece destaque o resultado do Diagnóstico Logístico, entregue ao Estado do Mato Grosso do Sul, que identificou as necessidades e as oportunidades de investimentos em infraestrutura no Estado para tornar a logística da região mais eficiente e competitiva.

O trabalho foi realizado em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Estado e resultou em quatro

cenários futuros, sendo que cada um desses cenários apresenta empreendimentos e investimentos necessários para alavancar a infraestrutura da região. Em uma das simulações, o Diagnóstico Logístico mostra que é possível chegar ao ano de 2035 com mais de R\$ 40 bilhões em investimentos no setor de transportes na região.

Receitas e Despesas

No segundo trimestre de 2022, a EPL apresentou considerável evolução em seu resultado, comparado ao mesmo período de 2021. A prestação de serviços técnicos, relacionados à Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), estruturação de projetos de concessão e elaboração de diagnósticos logísticos e portuários, permitiram uma arrecadação de receita própria em montante igual a R\$ 3.319.067 (três milhões, trezentos e dezenove mil, sessenta e sete reais). Além disso, considerando a melhora da conjuntura econômica em um cenário de redução de restrições antes impostas por conta da pandemia causada pela Covid-19, houve aumento na taxa efetiva do rendimento de aplicação financeira. Com isso, ocorreu uma arrecadação de rendimentos financeiros no montante de R\$ 2.260.094 (dois milhões, duzentos e sessenta mil noventa e quatro reais), comparado a R\$ 191.023 (cento e noventa e um mil vinte e três reais) no mesmo período de 2021.

Desta forma, enquanto no segundo trimestre de 2021 a Companhia havia apurado lucro de R\$ 882.723 (oitocentos e oitenta e dois mil, setecentos e vinte e três reais), no segundo trimestre de 2022 apurou lucro de R\$ 4.870.240 (quatro milhões, oitocentos e setenta mil e duzentos e quarenta reais), mesmo com a apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como: depreciação, amortização e provisões.

A EPL é uma empresa estatal em que a União é detentora de 100% das ações. Assim, os recursos obtidos pela prestação de seus serviços são considerados receitas próprias, podendo ser utilizados para financiar novos estudos, adquirir bens e financiar despesas de custeio, desde que haja autorização do acionista por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Atualmente, o montante de recursos próprios da empresa corresponde a R\$ 49.382.350 (quarenta e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil e trezentos e cinquenta reais) e estão aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.986/2022.

Mateus Szwarcwing
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Balanco Patrimonial

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro 2021

(Valores expressos em Reais)



	Nota	30/06/2022	31/12/2021		Nota	30/06/2022	31/12/2021
ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	53.841.126	45.711.164	Obrigações com pessoal	13	6.315.129	4.604.636
Créditos a receber		-	346.975	Tributos Retidos na Fonte	14	600.587	125.121
Acordo de Parceria	5	15.201.462	15.201.462	Fornecedores	15	1.517.069	457.481
Tributos a recuperar	6	1.237.635	253.065	Tributos a recolher	16	1.513.038	428.276
Adiantamento a empregados	7	1.041.990	322.111	Termo de Execução Descentralizada	5	15.201.462	15.201.462
Adiantamento a fornecedores	15	14.811	-	Arrendamento mercantil	17	2.595.784	2.448.406
Estoques	8	485.615	75.262				
Despesas antecipadas	9	921.736	964.715				
Total Circulante		72.744.375	62.874.754	Total Circulante		27.743.069	23.265.382
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	18	2.703.226	2.856.289
Depósitos recursais/judiciais	10	664.470	664.470	Arrendamento mercantil	17	3.417.454	4.739.909
Imobilizado	11	6.947.288	8.432.857	Total Não Circulante		6.120.680	7.596.198
Intangível	12	114.733.130	100.732.565	Patrimônio Líquido			
Total Não Circulante		122.344.888	109.829.892	Capital Social	19	169.406.318	139.925.013
				Prejuízos Acumulados	20	(22.693.012)	(27.563.252)
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	21	14.512.208	29.481.305
				Total do Patrimônio Líquido		161.225.514	141.843.066
TOTAL DO ATIVO		195.089.263	172.704.646	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		195.089.263	172.704.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
Demonstração do Resultado
 Em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Receita Líquida		2.913.493	1.003.197
Custo do Serviço Prestado		(2.023.772)	(840.712)
Resultado Bruto	22	889.721	162.485
Receitas e Despesas Operacionais:			
Pessoal e Encargos	23	(15.010.091)	(15.662.304)
Serviços de Terceiros	24	(5.686.774)	(3.634.006)
Depreciação e Amortização	25	(1.621.077)	(1.674.233)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	26	(490.096)	(134.601)
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	27	26.567.832	22.246.171
Total das Receitas e Despesas Operacionais		3.759.794	1.141.027
Resultado Financeiro:			
Receita Financeira		2.265.536	207.709
Despesa Financeira		(606.162)	(628.498)
Total do Resultado Financeiro	28	1.659.374	(420.789)
Resultado Operacional Líquido		6.308.889	882.723
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro		6.308.889	882.723
Tributos sobre o lucro:			
Imposto de Renda		(1.054.208)	-
Contribuição Social		(384.441)	-
Total dos Tributos sobre o Lucro	29	(1.438.649)	-
Resultado Líquido do Período	30	4.870.240	882.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Em 30 de junho de 2022 e 2021
 (Valores expressos em Reais)



	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Prejuízo Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	113.397.250	26.527.763	(36.491.846)	103.433.167
Integralização de Capital	26.527.763	(26.527.763)	-	-
AFAC	-	16.190.357	-	16.190.357
Resultado Líquido 2º trimestre 2021	-	-	882.723	882.723
Saldo em 30 de junho de 2021	139.925.013	16.190.357	(35.609.123)	120.506.247
Saldo em 31 de dezembro de 2021	139.925.013	29.481.305	(27.563.252)	141.843.066
Integralização de Capital	29.481.305	(29.481.305)	-	-
AFAC	-	14.512.208	-	14.512.208
Resultado Líquido 2º trimestre 2022	-	-	4.870.240	4.870.240
Saldo em 30 de junho de 2022	169.406.318	14.512.208	(22.693.012)	161.225.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)



	Nota	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	27	26.567.832	22.246.171
Receita de Prestação de Serviços	31	3.485.176	1.066.438
Receita Aplicação Financeira	31	2.260.094	191.024
Receita Eventual (multas aplicadas)		1.609	4.372
Devolução de diárias		10.119	6.563
Pessoal e Encargos Sociais da EPL		(15.486.657)	(15.247.161)
Fornecedores		(7.889.520)	(5.539.083)
Despesas Tributárias	32	(1.798.169)	(409.915)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	31	7.150.484	2.318.409
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Acordo de Parceria		(7.128.367)	(12.918.789)
Aquisição Intangível		(6.019.985)	(2.025.603)
Aquisição de Estoque		(230.000)	-
Aquisição de imobilizado		(154.378)	(179.305)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	33	(13.532.730)	(15.123.697)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Adiantamento para futuro aumento de capital	33	14.512.208	16.190.357
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos		14.512.208	16.190.357
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa		8.129.962	3.385.069
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		45.711.164	27.554.822
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		53.841.126	30.939.891
		8.129.962	3.385.069

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em Reais)



	01/01 a 30/06/2022	01/01 a 30/06/2021
Resultado do exercício	4.870.240	882.723
Outros valores abrangentes	14.028	-
Resultado abrangente do exercício	4.884.268	882.723

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S.A. – EPL
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2022

1. Contexto Operacional e Impactos Causados pela Covid-19

1.1 Contexto Operacional

A Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL) é uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura, nos termos do Decreto nº 9.660 de 01/01/2019, cuja criação foi autorizada pela Lei Federal nº 12.404, de 04/05/2011, e alterada pela Lei nº 12.743, de 19/12/2012. A EPL poderá ainda constituir subsidiária integral, bem como participar como sócia ou acionista minoritária em outras sociedades, desde que essa constituição ou participação esteja voltada para o seu objeto social, e que cada investimento esteja vinculado ao plano de negócios, nos termos da legislação vigente, conforme expressamente autorizado pela Lei nº 12.743/2012. Com sede em Brasília/DF, foi constituída sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, sendo a União detentora de 100% das ações.

A EPL tem por finalidade estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no País, interligando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias. Seu objeto social consiste em:

I - prestar serviços na área de projetos, estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento da infraestrutura, da logística e dos transportes no País, consideradas as infraestruturas, plataformas e os serviços pertinentes aos modos rodoviário, ferroviário, dutoviário, aquaviário e aeroaviário;

II - planejar e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade de forma integrada com as demais modalidades de transporte, por meio de estudos, pesquisas, construção da infraestrutura, operação e exploração do serviço, administração e gestão de patrimônio, desenvolvimento tecnológico e atividades destinadas à absorção e transferência de tecnologias.

O custeio de sua operação é subsidiado pelos recursos provenientes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União. Esse recurso é destinado, dentre outros, ao Planejamento Integrado Da Infraestrutura Nacional De Transportes e Logística, o qual tem como carro chefe o Plano Nacional de Logística (PNL), que indica empreendimentos e investimentos necessários para otimizar a infraestrutura nacional durante período determinado. Os projetos de elaboração do PNL são sucessivos, com vistas a estabelecer um fluxo regular de informações que subsidiarão a elaboração da Política Nacional de Transportes pelo Governo Federal.

Os investimentos em estudos e projetos de longo prazo que envolvem custos com contratação de terceiros (fornecedores), e normalmente resultam na obtenção de licenças ambientais, são financiados por meio de Adiantamentos para Futuros Aumentos de Capital (AFAC). As receitas oriundas de tais investimentos são reconhecidas quando do ressarcimento da licença ambiental pelo licitante adjudicatário da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL. Além disso, a EPL possui receitas próprias advindas da prestação de serviços técnicos de engenharia e de diagnósticos logísticos e portuários.

1.2 Impactos Causados pela Covid-19

Tendo em vista os impactos sociais e econômicos causados pela Covid-19, a Diretoria Executiva deliberou sobre as providências necessárias para garantir a saúde e segurança de todos os colaboradores e a continuidade das operações da empresa. As medidas de precaução adotadas mantiveram baixa a taxa de infecção por COVID-19 de seus colaboradores no período e boas práticas ainda permanecem, mesmo após o encerramento de emergência.

No segundo trimestre de 2022 houve obtenção de receitas relacionadas a processos licitatórios e contratos celebrados, no entanto não se descarta, mesmo que com menor impacto, a possibilidade de adiamento de leilões de arrendamento e/ou concessões que possam ocorrer devido à pandemia.

Cumprir destacar que, em relação aos contratos celebrados, em 2022 a EPL iniciou os trabalhos de prestação de serviços à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC, do estado de Rondônia, cujo objeto é a elaboração do Plano Estadual de Logística e Transporte – PELT. O valor total da contratação é de R\$ 1.694.588,73 (um milhão, seiscentos e noventa e quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e setenta e três centavos).

A EPL continua realizando suas atividades com recebimento de subsídios para despesas de custeio e investimento realizadas pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital. Além disso, a EPL utilizou recursos oriundos de receitas próprias para pagamento de bens integrantes de seu ativo imobilizado.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia.

2.1. Declaração de conformidade

A EPL integra o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, na forma total em relação ao Orçamento Geral da União - OGU, conforme disposto na Lei nº 4.320, de 17/03/1964. Em relação à apresentação das demonstrações financeiras, consideram-se os aspectos societários da Lei nº 6.404/1976 com as alterações promovida pela Lei nº 11.638/2007. No mais, a EPL é regida pela Lei nº 13.303, de 30/06/2016, pelo Decreto n.º 8.945, de 27/12/2016, e demais legislações aplicáveis a empresas estatais.

As demonstrações financeiras fundamentam-se de acordo com os Padrões Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRSs"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), bem como os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), incluindo também as normas complementares emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas demonstrações podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, com as normas internacionais IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo IASB, e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Essas informações intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 e devem ser lidas em conjunto.

As informações de notas explicativas que sofreram alterações em comparação a 30 de junho de 2021 foram retratadas integralmente na Nota Explicativa 2.3.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Reclassificações

Para melhor apresentação das Demonstrações do Fluxo de Caixa, foram realizadas as seguintes reclassificações:

Demonstração do Fluxo de Caixa	2º trim. 2021 publicado	Reclassificação	2º trim. 2021 ajustado
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	22.246.171	-	22.246.171
Receita de Prestação de Serviços	1.066.438	-	1.066.438
Receita Aplicação Financeira	191.024	-	191.024
Receita Eventual (multas aplicadas)	4.372	-	4.372
Devolução de diárias	6.563	-	6.563
Pessoal e Encargos Sociais da EPL	(15.247.161)	-	(15.247.161)
Fornecedores	(5.496.199)	(42.884)	(5.539.083)
Despesas Tributárias	(409.915)	-	(409.915)
Diárias	(42.884)	42.884	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	2.318.409	-	2.318.409
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(15.123.697)	-	(15.123.697)
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	16.190.357	-	16.190.357
Aumento líquido de Caixa e equivalentes de caixa	3.385.069	-	3.385.069

Destacamos que não ocorreram reclassificações ou quaisquer efeitos nas demais demonstrações financeiras anteriormente apresentadas pela Companhia.

2.4. Adoção CPC 06 (R2) – Arrendamentos (IFRS 16)

A segunda revisão do CPC 06 – Arrendamento Mercantil, trouxe novo entendimento acerca da contabilização dos contratos de arrendamento. Em essência, dispõe que se o arrendatário estiver assumindo substancialmente todos os direitos e riscos associados ao bem, deve registrar o ativo e o passivo envolvido. O arrendatário pode optar por não efetuar o reconhecimento apenas quando o arrendamento é de curto prazo ou o ativo subjacente é de baixo valor.

Nessa esfera, assemelha-se o tratamento mencionado ao direito de uso de bens imóveis decorrente do até então arrendamento mercantil financeiro disposto no item 22 do CPC 06 (R1). Sendo assim, reconheceu-se o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, mensurando referido passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados nessa data. As despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O reconhecimento refere-se ao uso do imóvel Sede, cuja prorrogação do prazo contratual e a supressão do valor mensal devido foi firmada por meio de termo aditivo em 30 de agosto de 2019, com vigência de 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2024. A adoção foi realizada no primeiro trimestre de 2021 com a abordagem retrospectiva com efeito cumulativo na data da adoção inicial (data da renovação do contrato), considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento, não havendo reapresentação de informação comparativa.

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de empréstimo incremental de 12,9% ao ano, obtida no principal banco ao qual a Empresa possui relacionamento. A adoção inicial, demonstrada no quadro a seguir, não impactou o patrimônio líquido:

	31/12/2020
Ativo	
Imobilizado Direito de Uso	11.141.936
Passivo	
Arrendamento mercantil - circulante	4.398.417
Arrendamento mercantil - não circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

A empresa optou por não reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento relacionados a bens de baixo valor. Nesse caso, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear ao longo do período do contrato.

3. Principais Práticas Contábeis

- a) As Demonstrações Financeiras originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Empresa;
- b) O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, bancos contas movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata;
- c) As receitas e as despesas são registradas de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que estas sejam incluídas na Apuração de Resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento;
- d) Os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, pelos rendimentos, variações monetárias, encargos incorridos e provisões para perdas, adotando-se para apropriação índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajustes de ativo para valor de mercado ou de realização;
- e) Os valores realizáveis ou exigíveis no curso do período subsequente estão classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a doze meses estão classificados como itens não circulantes;
- f) As provisões para contingências são constituídas tendo como base a opinião da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR) quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- g) Os estudos e projetos em andamento são registrados tendo em vista o disposto no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2022	31/12/2021
Recurso Aplicado	36.636.832	33.073.581
Rendimento	12.745.518	10.912.133
Aplicação Financeira	49.382.350	43.985.714
310 - Pagamento de Pessoal	2.160.596	1.584.086
400 - Custeio/Investimento - c/ Exigência de Empenho	1.938.361	99.903
307 - Outros Pagamentos de Pessoal - SIAPE	191.745	-
510 - Custeio Pagamento de Pessoal/Auxílio	148.619	41.461
409- Emendas Resultado EOF	15.953	-
412 - Pag. De Cartão de Crédito	3.500	-
987 - Devolução de Despesa	2	-
Tesouro Limite de Saque	4.458.776	1.725.450
Total Caixa e equivalentes de caixa	53.841.126	45.711.164

Os valores de aplicação financeira são oriundos dos recursos obtidos por meio da prestação de serviços técnicos e das transferências de licenças ambientais aos licitantes adjudicatários de leilões promovidos pelos seus clientes. No segundo trimestre de 2022 foram aplicados os recursos relativos à arrecadação de valores faturados em dezembro de 2021 no montante de R\$ 403.711,63 (quatrocentos e três mil, setecentos e onze reais e sessenta e três centavos), bem como os arrecadados em 2022 provenientes de estruturação de projetos de concessão, estudos portuários, diagnóstico e planejamento logístico no valor de R\$ 3.159.540 (três milhões, cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e quarenta reais).

Esses recursos são aplicados em fundos de investimento extramercado da Caixa Econômica Federal em conformidade com a Resolução CMN nº 4.986/2022 e sua utilização depende de aprovação por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA. Em 2022 foram utilizados R\$ 44.445 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais) de recursos próprios para aquisição de bens para o ativo imobilizado e pagamento de tributos. A movimentação financeira da aplicação está demonstrada a seguir:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2021	Aplicação	Rendimento	IRRF sobre Rendimento	Saldo em 30/06/2022
Caixa Econômica Federal	43.985.714	3.563.252	2.260.094	(426.710)	49.382.350
Total	43.985.714	3.563.252	2.260.094	(426.710)	49.382.350

Já o valor registrado a título de limite de saque trata-se do estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de programação financeira, para atender as despesas com vinculações de pagamento divididas nas categorias apresentadas.

5. Acordo de Parceria e Termo de Execução Descentralizada (TED)

	Vigência	30/06/2022	31/12/2021
Acordo de Parceria PNUD	(a)	15.201.462	15.201.462
Total Ativo		15.201.462	15.201.462
TED nº 001/2020	11/2020 a 05/2022	3.941.906	3.941.906
TED nº 001/2021	07/2021 a 07/2022	3.067.037	3.067.037
TED nº 002/2021	07/2021 a 07/2023	4.160.644	4.160.644
TED nº VCP/2021	10/2021 a 10/2022	2.526.156	2.526.156
TED nº ASGA/2021	10/2021 a 10/2022	1.505.719	1.505.719
Total Passivo		15.201.462	15.201.462

Entre 2020 e 2021 a EPL recebeu o montante de R\$ 15.201.462 (quinze milhões, duzentos e um mil quatrocentos e sessenta e dois reais) referente aos Termos de Execução Descentralizada nºs 01/2020; 01/2021; 02/2021; ASGA/2021 e VCP/2021, cedidos pela Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias (SFPP) do Ministério da Infraestrutura (MINFRA). O objeto é a contratação de pessoa jurídica para apoio ao encerramento de concessões, avaliação independente do cumprimento de obrigações constantes em termos de relicitação, bem como apoio especializado no acompanhamento de relicitações. Referido montante foi aportado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, o qual realizará os trabalhos sob acompanhamento da EPL. Dessa forma, houve o registro de um ativo pelo adiantamento ao PNUD, bem como de um passivo pelo TED a comprovar recebido pela EPL.

O Relatório Final de Cumprimento do Objeto do TED nº 01/2020 foi apresentado à SFPP em 17/05/2022, tendo sido aprovado pelos fiscais. A SFPP fará a baixa dos registros no SIAFI, automaticamente baixando os saldos registrados na EPL.

6. Tributos a recuperar

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL Estimativa	924.880	-
IRRF Retido na Fonte Sobre Aplicação Financeira	262.320	-
PIS/ COFINS a recuperar	20.720	-
PIS/ COFINS s/ Faturamento	17.434	-
IRRF/ CSLL s/ Faturamento	11.941	-
Saldo Negativo IRPJ/ CSLL	340	253.065
Total	1.237.635	253.065

O saldo atual de tributos a recuperar refere-se, basicamente, aos tributos sobre o lucro pago por estimativa, e aos impostos retidos sobre o faturamento e aplicação financeira.

7. Adiantamento a Empregados

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento 13º Salário	856.293	80.864
Adiantamento de Férias	179.613	171.593
Outros Valores	6.084	69.654
Total	1.041.990	322.111

Os adiantamentos a empregados referem-se a férias e 13º salário que são concedidos em consonância com a legislação trabalhista.

A EPL realizou o pagamento da primeira parcela do 13º salário em junho/2022, conforme prazo estipulado pelo governo federal.

8. Estoques

	30/06/2022	31/12/2021
Serviços em Elaboração	412.005	-
Almoxarifado	73.610	75.262
Total	485.615	75.262

Os estoques de serviços em elaboração referem-se ao custo com contratação de terceiros para atendimento do Contrato nº 20/2020, firmado entre a EPL e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA, cujo objeto é a prestação de serviços de atualização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ's dos referidos portos.

Apresentam-se a seguir os contratos correspondentes aos serviços registrados no estoque:

Contrato	Porto	Saldo em 31/12/2021	Investimentos no Período	Reclassificação (a)	Saldo em 30/06/2022
12/2021 - Planave	Portos Paranaguá e Antonina/PR	-	208.725	-	208.725
19/2021 - Hidrotopo	Portos Paranaguá e Antonina/PR	-	-	203.280	203.280
Estudos e Projetos em Andamento		-	208.725	203.280	412.005

(a) Estudo referente a 12/2021, reclassificado do Intangível para Estoque, pelo valor líquido de PIS e COFINS a recuperar.

Cumpram-se ressaltar que, relativamente a estes contratos, parte do valor pago é registrado como tributos a recuperar, sendo compensado nas apurações mensais de PIS e COFINS.

Em relação aos valores registrados a título de almoxarifado, referem-se aos materiais de consumo adquiridos para utilização na manutenção e operação da EPL, no âmbito da infraestrutura física e administrativa, composto, basicamente, por materiais de escritório e demonstrado pelo custo médio de aquisição.

9. Despesas Antecipadas

	30/06/2022	31/12/2021
Assinaturas anuais	593.966	893.125
Seguros de Responsabilidade Civil	178.975	71.590
Condomínio e aluguel	78.249	-
IPTU	70.546	-
Total	921.736	964.715

Referem-se a despesas pagas antecipadamente que serão apropriadas na medida da ocorrência do gasto. Destacam-se as assinaturas de softwares como serviço com vigência de 12 meses, e os serviços de manutenção de licenças perpétuas de softwares de modelagem de transportes.

10. Depósitos Recursais/Judiciais

	30/06/2022	31/12/2021
Depósito Recursal	374.060	374.060
Depósito Judicial	290.410	290.410
Total	664.470	664.470

Os depósitos recursais são efetuados para interposição de recursos em ações trabalhistas pela EPL como forma de garantia parcial da condenação imposta. O depósito judicial refere-se a uma decisão liminar proferida em uma ação civil pública trabalhista, ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, que requereu que a EPL, como devedora subsidiária, procedesse ao pagamento da garantia dos valores discutidos na ação. A responsabilidade da EPL decorre em razão de a empresa ter sido a tomadora dos serviços terceirizados prestados pela empresa Axiomas Brasil Pesquisa, Cursos e Consultoria Ltda. O montante registra-se no Ativo Realizável a Longo Prazo levando-se em consideração a manifestação da PROJUR de não ser possível indicar um prazo estimado para o recebimento das importâncias perseguidas.

11. Imobilizado

BENS MÓVEIS	Custo de Aquisição	Taxa de Depreciação %	Depreciação Acumulada até 31/12/2021	Saldo em 31/12/2021	Adições	Depreciação do Período	Saldo em 30/06/2022
Computadores e Periféricos	8.711.845	20%	(7.485.203)	1.226.642	154.378	(142.929)	1.238.091
Equipamentos Energia Elétrica	2.521.846	10%	(2.127.324)	394.522	-	(126.092)	268.430
Mobiliário em Geral	2.396.255	10%	(2.013.676)	382.579	-	(119.813)	262.766
Equipamento para Áudio, Vídeo e Foto	1.208.818	10%	(865.198)	343.620	-	(120.882)	222.738
Equipamentos de Telecomunicação	250.950	20%	(250.950)	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	197.455	10%	(87.872)	109.583	-	(9.873)	99.710
Outros Bens de Uso Duradouro	76.968	10%	(61.703)	15.265	-	(3.848)	11.417
Biblioteca	25.959	10%	(15.087)	10.872	-	(1.298)	9.574
Aparelhos	14.216	10%	(10.135)	4.081	-	(711)	3.370
Aparelho de Medição e Orientação	3.200	10%	(3.200)	-	-	-	-
Utensílio de Copa e Cozinha	6.151	10%	(2.824)	3.327	-	(307)	3.020
Total Bens Móveis	15.413.663		(12.923.172)	2.490.491	154.378	(525.753)	2.119.116
Direito de uso (a)	11.141.936		(5.199.570)	5.942.366	-	(1.114.194)	4.828.172
Total Bens Imóveis	11.141.936		(5.199.570)	5.942.366	-	(1.114.194)	4.828.172
Total Imobilizado	26.555.599		(18.122.742)	8.432.857	154.378	(1.639.947)	6.947.288

(a) Direito de uso reconhecido conforme norma CPC 06 (R2). O passivo correspondente está descrito na nota 17. Prazo de depreciação conforme vigência do contrato.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição. Considerando o objeto social da EPL – estudos e pesquisas –, seu patrimônio próprio tangível refere-se, basicamente, a bens móveis, tais como: mobiliário em geral, computadores e periféricos, equipamentos de energia elétrica e de vídeo. Sendo assim, optou-se, desde a abertura da empresa no ano de 2012, a depreciar tais bens pelo método linear, aplicando-se as taxas estabelecidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A fim de verificar a necessidade de mudança de estimativa contábil, conforme determinado pelo § 3º, II, art. 183 da Lei 6.404/1976 e pelos Pronunciamentos Técnicos Contábeis CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), em 2017 a EPL contratou a empresa MAKE – Consultoria Ltda., a qual baseou seu Laudo de Avaliação Patrimonial nos preços de mercado básico de 30 de junho de 2017.

Em 18 de agosto de 2017, a empresa em tela emitiu o respectivo Laudo, o qual constatava que o ativo imobilizado da EPL importava em R\$ 11.458.076,37 (onze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setenta e seis reais e trinta e sete centavos), enquanto o valor contábil registrado consistia em R\$ 4.880.140,42 (quatro milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e quarenta reais e quarenta e dois centavos).

Considerando que o valor da avaliação, conforme Laudo apresentado, foi superior ao valor residual dos bens contabilizados pela EPL, não houve perda de valor patrimonial. Portanto, não houve a necessidade

de ajustes contábeis em seu Balanço Patrimonial, conforme dispõe o CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos).

Diante do exposto, a administração da entidade, após avaliar o custo-benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais móveis, manteve a opção de anualmente analisar a necessidade da contratação, tendo como parâmetro precípua de avaliação a representatividade do valor dos bens móveis perante o ativo total da empresa, o qual, em 30 de junho de 2022, representava apenas 1,1% (um vírgula um por cento). Além disso, também é avaliado o preço de mercado e o saldo patrimonial dos bens adquiridos desde a data da avaliação realizada pela empresa MAKE.

12. Intangível

Contrato	Rodovia/Porto	Saldo em 31/12/2021	Investimentos no Período	Reclassificação	Saldo em 30/06/2022
01/2019 - Acordo IFC	Anel de Integração	39.671.622	-	-	39.671.622
13/2017 - IFC	BR-153/080/414/TO/GO BR-116/101/SP/RJ (Dutra) BR-040/495/MG/RJ (Concer) BR-116/493/RJ/MG (CRT)	13.286.892	-	-	13.286.892
02/2021 - Acordo BID	Malha Rodoviária de SC	-	7.128.367	-	7.128.367
05/2019 - MRS	EF-170	6.550.677	-	-	6.550.677
12/2013 - STE	BR-116	6.502.864	-	-	6.502.864
16/2015 - MRS	BR-156/476/282/480	3.908.420	-	-	3.908.420
11/2018 - Egis/ Engemin	BR/364/MT/RO	3.799.632	-	-	3.799.632
16/2021 - SKILL	BR 158/MT - Trecho Norte e Sul	458.560	2.567.845	-	3.026.405
17/2015 - MRS	BR-364	2.655.207	-	-	2.655.207
32/2013 - PROSUL	BR-101/324/367	2.606.158	-	-	2.606.158
02/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-155/158/MT/PA BR-135/316/MA BR-163/MS	483.940	1.299.177	-	1.783.117
03/2021 - Consórcio Modelador SHAS	BR-060/153/262/DF/GO/MG BR-040/DF/GO/MG	970.441	691.190	-	1.661.631
CT 06/2022 - Consórcio EF 170	EF-170	-	1.150.000	-	1.150.000
SR/MT 762/2020 - MRS	BR -158/MT -Trecho Norte	-	1.027.166	-	1.027.166
11/2020 - Consórcio Demarest	Porto Organizado de Itajaí - SC	839.872	-	-	839.872
03/2018 - Ecosystema	BR 040	770.556	-	-	770.556
09/2021 - MRS	BR 158/MT - Contorno Leste	54.549	360.820	-	415.369
19/2021 - Hidrotopo	Portos Paranaguá e Antonina/PR	224.000	-	(224.000)	-
Estudos e Projetos em Andamento		82.783.390	14.224.565	(224.000)	96.783.955
13/2013 - STE - LP nº 519/2015	BR/040	8.026.718	-	-	8.026.718
04/2014 - MRS - LP nº 505/2015	BR153/262	4.679.708	-	-	4.679.708
15/2014 - PROSUL - LP nº 639/2020	BR-262/MG	2.957.063	-	-	2.957.063
09/2014 - PROFILL - LP nº 553/2017	BR-153/GO/TO	444.392	-	-	444.392
Licença Ambiental		16.107.881	-	-	16.107.881
Total Estudos e Projetos em Andamento e Licença Ambiental		98.891.271	14.224.565	(224.000)	112.891.836
Licenças e Softwares T.I.		12.207.843	-	-	12.207.843
(-) Amortização - taxa 20%		(10.366.549)	-	-	(10.366.549)
Cessão de Uso de Programas de Informática		1.841.294	14.224.565	-	1.841.294
Total Geral		100.732.565	28.449.130	(224.000)	114.733.130

Os valores registrados no intangível referem-se aos bens e direitos incorpóreos destinados às atividades da entidade.

O intangível relativo aos estudos e projetos, bem como às licenças ambientais disponíveis para cessão, são registrados em conformidade com o CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, o qual preceitua que a amortização deve iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso, e cessar na data em que o ativo é classificado como mantido para venda. Cumpre destacar que a entidade está

avaliando a possibilidade de aplicação de outros pronunciamentos técnicos contábeis em relação ao registro de seus estudos e projetos.

Dentre os estudos, e buscando a melhoria da infraestrutura e do acesso aos serviços básicos à população, destaca-se o valor de R\$ 39,6 milhões do Acordo de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC. A IFC, membro do Grupo do Banco Mundial (*World Bank Group*), é uma instituição financeira internacional com a qual o Brasil mantém parcerias e possui experiência comprovada nas áreas de concessão, privatização e reestruturação de sociedades e serviços públicos em vários setores, incluindo o setor de rodovias federais.

O presente Acordo, cujo montante acordado é de R\$ 62,6 milhões, tem por objeto a celebração de parceria para o planejamento e a estruturação de projetos de desestatização, os quais consistem em um programa de concessões comuns no setor rodoviário de titularidade da União Federal e do Estado do Paraná que serão delegadas à União. São aproximadamente 4 (quatro) mil quilômetros de rodovias, localizadas no âmbito do chamado "Anel de Integração", bem como outras rodovias adjacentes, que serão delegadas à iniciativa privada pela União ("Poder Concedente") por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O referido Acordo também visa o ressarcimento dos valores dispendidos pelos licitantes adjudicatários. Tal previsão consta na cláusula primeira, subitem 1.2, do mencionado Acordo: "os recursos necessários para implementação do Projeto serão suportados pelas Partes [...], sendo ressarcidos pelos licitantes adjudicatários".

Referente ao valor reclassificado, as informações estão dispostas na nota explicativa nº 08 – Estoques.

Em relação à taxa de amortização dos softwares, foi utilizado o mesmo critério do ativo imobilizado: taxas estabelecidas pela RFB e avaliação do custo-benefício de contratar anualmente uma empresa especializada para emissão de laudo acerca da avaliação de bens patrimoniais. Destaca-se que o valor de mercado dos softwares da EPL apresentados no Laudo de Avaliação mencionado na nota explicativa acerca do ativo imobilizado importava em R\$ 3.345.349,50 (três milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos), ao passo que o valor líquido contábil registrado importava em R\$ 3.141.074,80 (três milhões, cento e quarenta e um mil, setenta e quatro reais e oitenta centavos). Em 30 de junho de 2022, os softwares representam apenas 1% (um por cento) do total do ativo da EPL. O saldo residual refere-se a uma licença perpétua adquirida pela EPL, a qual não sofre amortização nos termos do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

13. Obrigações com pessoal

	30/06/2022	31/12/2021
Provisões de Férias e 13º Salário	3.429.955	2.524.374
Ordenados e Salários a Pagar	2.152.483	1.575.273
INSS/CPSS Patronal	465.296	451.919
FGTS a Recolher	189.583	-
Pensão Alimentícia/Empréstimo Consignado/outros	77.812	53.070
Total	6.315.129	4.604.636

O regime jurídico do pessoal da EPL é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), exceto para os casos de servidores e empregados públicos cedidos ou requisitados de órgãos ou outras empresas públicas, para os quais é mantido o regime da entidade de origem.

As provisões das obrigações sociais e trabalhistas sobre a folha de pagamento são constituídas em função dos períodos aquisitivos dos empregados, acrescidas dos encargos sociais incidentes até o encerramento do período.

A variação do período decorre, basicamente, da provisão para 13º salário e respectivos encargos, a qual não possui saldo em 31/12/2021 devido ao fato de seu pagamento efetivo ocorrer no próprio exercício.

14. Tributos Retidos na Fonte

	30/06/2022	31/12/2021
Tributos Retidos sobre Folha de Pagamento	463.796	93.893
Tributos Retidos sobre Nota Fiscal	136.791	31.228
Total	600.587	125.121

Referem-se aos valores de tributos retidos na fonte sobre a folha de pagamento e sobre as aquisições de serviços de terceiros.

No mês de dezembro de 2021 o IRRF sobre a folha de pagamento foi pago dentro do mês de sua apropriação, enquanto o apropriado em junho de 2022 será pago no mês subsequente. Por esse motivo houve uma variação considerável nos tributos retidos sobre folha de pagamento em relação à 31/12/2021.

15. Fornecedores

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamento a Fornecedores	14.811	-
Total Ativo	14.811	-
Estudos e Projetos	1.082.513	105.617
Aluguel de Bens Imóveis e Condomínio	357.552	326.732
Outros serviços	77.004	25.132
Total Passivo	1.517.069	457.481
Saldo a pagar	1.502.258	457.481

Consistem em compromissos assumidos com fornecedores pela EPL até a data das demonstrações. Os saldos são liquidados no mês subsequente ao da entrada da nota fiscal.

Principais fornecedores com saldo a pagar:

	30/06/2022	31/12/2021
Consórcio SHAS	994.456	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI	279.303	326.732
Skill Engenharia Ltda	88.057	-
Centro Empresarial Parque da Cidade	78.249	-
T&S Locação de Mão de Obra em Geral Eireli	30.266	-
RDJ Assessoria & Gestão Empresarial Ltda	23.806	-
Outros fornecedores	22.932	25.132
MRS Estudos e Projetos	-	105.617
Total	1.517.069	457.481

Os dispêndios com estudos e projetos ocorrem na medida em que os fornecedores entregam os estudos dispostos no cronograma do plano de trabalho. A relação dos contratos destes fornecedores pode ser verificada na nota explicativa acerca do Intangível.

16. Tributos a Recolher

	30/06/2022	31/12/2021
IRPJ	1.054.208	186.993
CSLL	384.441	88.669
COFINS	54.068	19.190
PIS	10.768	39.819
ISS	9.553	93.605
Total	1.513.038	428.276

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referem-se às estimativas apuradas sobre o lucro do período. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Serviços (ISS) e a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) foram apurados sobre o faturamento e as receitas de aplicação financeira referentes ao mês de junho de 2022, em caso de PIS e COFINS.

A variação no período decorre do aumento da lucratividade e faturamentos de empresa.

17. Arrendamento Mercantil

A tabela abaixo apresenta os pagamentos mínimos de arrendamento considerando-se a data da adoção inicial em 1º de janeiro de 2019, porém o efeito em resultado foi apresentado no exercício de 2020:

Fluxo de Pagamentos	
2019	1.053.973
2020	3.161.920
2021	3.161.920
2022	3.161.920
2023	3.161.920
2024	2.107.947
(-) Encargos financeiros futuros	(4.667.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	11.141.936
Circulante	4.398.417
Não Circulante	6.743.519
Total Passivo	11.141.936

Demonstra-se a seguir o passivo correspondente ao reconhecimento do arrendamento, à remensuração do passivo pela alteração de pagamentos futuros devido ao reajuste do valor do contrato realizado em 2021, bem como as movimentações do arrendamento:

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial em 31/12/2019	-	-
Adoção inicial	11.141.936	11.141.936
Remensuração do passivo	496.242	496.242
Pagamentos referentes a 2019	(573.989)	(573.989)
Pagamentos referentes a 2020	(1.796.149)	(1.796.149)
Pagamentos referentes a 2021	(2.079.725)	(2.079.725)
Pagamentos referentes a 2022	(1.175.077)	-
Saldo Final em 31/12/2021	6.013.238	7.188.315
Circulante	2.595.784	2.448.406
Não Circulante	3.417.454	4.739.909
Total Passivo	6.013.238	7.188.315

O quadro a seguir apresenta as prestações não descontadas:

	30/06/2022	31/12/2021
Vencimento das prestações		
2022	1.675.817	3.351.635
2023	3.351.635	3.351.635
2024	2.234.425	2.234.425
Valores não descontados	7.261.877	8.937.695
(-) Juros embutidos	(1.248.639)	(1.749.380)
Total Passivo arrendamento	6.013.238	7.188.315

18. Provisões para Contingências

	31/12/2021		Ingresso		Baixa		30/06/2022	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Provisões Trabalhistas	10	1.638.526	1	20.993	1	(179.056)	10	1.480.463
Provisões Cíveis	1	1.217.763	-	5.000	-	-	1	1.222.763
Total	11	2.856.289	-	25.993	-	(179.056)	11	2.703.226

As provisões são registradas com base no posicionamento da Procuradoria Jurídica da EPL (PROJUR), em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, onde uma provisão é reconhecida quando é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Além das ações com valores provisionados, há também outras demandas na justiça trabalhista e cível entendidas pela PROJUR como perda possível e não passíveis de registros contábeis, apenas de divulgação, nos termos do CPC 25. Estas demandas estão avaliadas conforme demonstrado a seguir:

Causas Possíveis	30/06/2022		31/12/2021	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Trabalhistas	5	792.180	5	792.180
Cíveis	4	48.412.149	4	48.412.149
Total		49.204.329		49.204.329

19. Capital Social

	30/06/2022	31/12/2021
Capital Integralizado	169.406.318	139.925.013
Total	169.406.318	139.925.013

A EPL é organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e tem seu capital representado por ações ordinárias nominativas, sendo 100% de titularidade da União. Seu capital social é constituído pela integralização inicial do capital, bem como pelos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) investidos em estudos e projetos de longo prazo.

A última integralização de capital social ocorreu na Reunião Ordinária da Assembleia Geral, de 25 de abril de 2022. Nesta data foram incorporados ao capital os recursos de AFAC disponibilizados no ano de 2021, no montante de R\$ 29.481.305,34 (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e um mil, trezentos e cinco reais e trinta e quatro centavos).

20. Prejuízos Acumulados

	30/06/2022	31/12/2021
Resultado do Exercício	4.870.240	8.928.594
Prejuízos Acumulados de Exercícios Anteriores	(27.563.252)	(36.491.846)
Total	(22.693.012)	(27.563.252)

Os prejuízos acumulados pela EPL devem-se principalmente à apropriação de despesas consideradas meramente econômicas, tais como depreciação, amortização e provisões.

O Resultado positivo do 2º trimestre de 2022 deve-se, basicamente, aos faturamentos realizados no período e aos rendimentos de aplicação financeira.

Destaca-se a redução do prejuízo acumulado em função da destinação do lucro obtido no exercício de 2021 devido à prestação de serviços técnicos e aos ressarcimentos de licenças ambientais.

21. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Acionista	Saldo em 31/12/2021	Ingresso	Integralização	Saldo em 30/06/2022
União	29.481.305	14.512.208	(29.481.305)	14.512.208
Total	29.481.305	14.512.208	(29.481.305)	14.512.208

Os recursos recebidos do Tesouro Nacional para aplicação em investimento (estudos e projetos de longo prazo registrados no ativo intangível) são repassados a título de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e capitalizados até a data limite da aprovação das contas do exercício em que ocorrer a transferência.

Os recursos de AFAC recebidos em 2021 foram integralizados na Reunião Ordinária da Assembleia Geral, de 25 de abril de 2022.

22. Resultado Bruto

	30/06/2022	30/06/2021
Receita Bruta	3.319.067	1.132.780
Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Rodovias	1.384.236	-
Estudo de Diagnóstico Logístico	1.072.611	-
Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Portos	862.220	1.132.780
Tributos sobre faturamento	(405.574)	(129.583)
(-) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	(252.249)	(86.092)
(-) Imposto Sobre Serviços (ISS)	(98.560)	(24.800)
(-) Programa de Integração Social (PIS)	(54.765)	(18.691)
Receita Líquida	2.913.493	1.003.197
Custo do serviço prestado	(2.023.772)	(840.712)
(-) Pessoal e Encargos	(1.888.338)	(807.210)
(-) Diárias e Passagens	(110.729)	(15.598)
(-) Depreciação	(18.870)	(17.092)
(-) Outros custos	(5.835)	(812)
Resultado Operacional Bruto	889.721	162.485

As receitas da prestação de serviços referem-se às auferidas com as atividades desenvolvidas pelo corpo técnico da EPL relativas aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para estruturação de projetos de concessões de rodovias e arrendamentos de áreas portuárias, por meio de leilões realizados pelo Poder Concedente, bem como a elaboração de Diagnósticos Logísticos e Portuários no âmbito dos contratos firmados com seus clientes. A título de exemplo, destacamos o Contrato nº 003/2021 celebrado entre o Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e a EPL, no montante de R\$ 2.146.875,79 (dois milhões, cento e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais e setenta e nove centavos).

23. Pessoal e Encargos

	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração pessoal	(10.361.338)	(10.929.919)
Encargos sobre Remunerações	(3.113.315)	(3.226.732)
Alimentação	(543.550)	(523.243)
Remuneração dirigentes	(502.412)	(484.273)
Auxílio Creche e Assistência Médica	(237.539)	(207.169)
Remuneração conselheiros	(183.319)	(205.512)
Capacitação	(68.618)	(85.456)
Total	(15.010.091)	(15.662.304)

Esta rubrica contempla os gastos com a folha de pagamento dos empregados, inclusive remuneração dos diretores, e outros como: alimentação, saúde, transporte e participações em cursos e treinamentos.

24. Serviços de Terceiros

	30/06/2022	30/06/2021
Serviços Técnicos	(3.792.759)	(2.074.419)
Serviços Administrativos	(1.424.524)	(1.138.655)
Condomínio e aluguel torre de resfriamento	(469.491)	(420.932)
Total	(5.686.774)	(3.634.006)

Consistem nos desembolsos da EPL decorrentes das atividades operacionais.

A rubrica "Serviços Técnicos" contempla, basicamente, desembolsos com contratação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação como a solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional, envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico com registro e acompanhamento de serviços especializados e demais serviços correlatos.

A rubrica "Serviços Administrativos" abrange, substancialmente, desembolsos com serviços continuados de limpeza, recepção, copeiragem, garçom, energia elétrica e serviços continuados de Assistente Administrativo e de Secretária-Executiva.

O aumento dos serviços técnicos no período deve-se, principalmente, contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de base de dados de telefonia móvel necessários ao desenvolvimento de uma matriz origem/destino (O/D) intermunicipal de transporte de pessoas em âmbito nacional. Além disso, ocorreu as baixas das despesas antecipadas, registradas em 2021, referentes às assinaturas de softwares e serviços de manutenção de licenças perpétuas relacionadas a software de modelagem de transportes. Em relação aos serviços administrativos, a variação dos gastos decorre do aumento no quantitativo de postos de trabalho de assistentes administrativos a fim de atender às necessidades da EPL.

25. Depreciação e Amortização

	30/06/2022	30/06/2021
Depreciação de Direito de Uso de Bem Imóvel	(1.114.194)	(1.114.194)
Depreciação de Bens Móveis	(506.883)	(393.063)
Amortização de Software	-	(166.976)
Total	(1.621.077)	(1.674.233)

Com a adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 31/12/2020 deixou de existir no resultado despesa a título de aluguel da sede, passando a existir a depreciação do direito de uso de bem imóvel e a despesa financeira incidente sobre o arrendamento.

Não houve amortização no período devido aos softwares terem sido integralmente amortizados, exceto no caso de licenças perpétuas que não são passíveis de amortização nos termos do CPC 04 (R1) - Ativo Intangível.

26. Outras Receitas/Despesas Operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Diárias e Passagens	(524.407)	(83.727)
Despesas Tributárias	(104.867)	(132.891)
Despesa com Material de Consumo	(13.885)	(74.809)
Constituição de Provisões	153.063	156.826
Total	(490.096)	(134.601)

Tendo em vista o retorno das atividades *in loco*, após a melhora do cenário de restrição vivido por causa da pandemia, houve no período um considerável aumento nos gastos com diárias e passagens para avaliar os projetos, para o lançamento de editais e a participação em Leilões decorrentes dos estudos e projetos elaborados pela Empresa.

Dentre as despesas tributárias da EPL inclui-se, basicamente, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, as taxas pagas aos órgãos ambientais para obtenção de licenças e o Imposto sobre Operações Financeiras – IOF incidente sobre a transferência de recursos financeiros referentes aos Acordos de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC e nº 02/2021, celebrado entre a EPL e a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

27. Subvenções recebidas do Tesouro Nacional

	30/06/2022	30/06/2021
Subvenções recebidas do Tesouro Nacional	26.567.832	22.246.171
Total	26.567.832	22.246.171

Representa os valores de subsídios públicos liberados pelo Tesouro Nacional, por meio do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, com o objetivo de prover recursos para o custeio das atividades administrativas da EPL.

O aumento das subvenções no período decorre, basicamente, da necessidade de pagamento de tributos sobre o lucro e sobre a receita bruta, a qual foi consideravelmente superior ao 2º trimestre de 2021, como pode ser observado na nota explicativa “Resultado Bruto” e pagamento das despesas com serviços de terceiros pelo fornecimento de base de dados de telefonia móvel necessária ao desenvolvimento de uma matriz origem/destino (O/D) intermunicipal de transporte de pessoas em âmbito nacional.

28. Resultado Financeiro

	30/06/2022	30/06/2021
Rendimento de Aplicação Financeira	2.260.094	191.023
Outras Receitas Financeiras	5.442	16.686
(-) Despesa Financeira Arrendamento	(500.741)	(608.705)
(-) Despesas Financeiras	(105.421)	(19.793)
Total	1.659.374	(420.789)

Considerando a melhora da conjuntura econômica, em um cenário de redução de restrições antes impostas por conta da pandemia causada pela Covid-19, houve aumento na taxa de rentabilidade da aplicação financeira. No 2º trimestre de 2021 referida taxa perfazia 0,76% (zero vírgula setenta e seis por cento), passando para 4,94% (quatro vírgula noventa e quatro por cento) no mesmo período de 2022. Dessa forma, os rendimentos do 2º trimestre de 2022 já superaram a totalidade dos obtidos no exercício de 2021, correspondente a R\$ 861.902 (oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e dois reais).

Apresenta-se em separado a despesa financeira procedente de reconhecimento do direito de uso e do passivo de arrendamento da locação do imóvel Sede da EPL, cuja adoção do CPC 06 (R2) ocorreu em 31/12/2020.

As despesas financeiras decorrem basicamente da apuração de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras.

29. Tributos sobre o Lucro

	30/06/2022	30/06/2021
Imposto de Renda	(1.054.208)	-
Contribuição Social	(384.441)	-
Total	(1.438.649)	-

Em ambos os períodos apresentados houve apuração de tributos sobre o lucro relativos ao IRPJ e à CSLL calculados por estimativa. Contudo, o procedimento adotado até o segundo trimestre de 2021 era o de registrar os valores a pagar diretamente contra a conta de estimativas de IRPJ e CSLL no ativo. Dessa

forma, com a adoção de um novo procedimento de registro contábil, apresenta-se a seguir o comparativo dos tributos apurados sobre o lucro nos períodos em tela:

	30/06/2022	30/06/2021
Imposto de Renda	(1.054.208)	(139.024)
Contribuição Social	(384.441)	(54.369)
Total	(1.438.649)	(193.393)

30. Resultado Líquido do Período

	30/06/2022	30/06/2021
Resultado líquido do período	4.870.240	882.723
Total	4.870.240	882.723

A entidade logrou resultado positivo no segundo trimestre de 2022 e 2021, tendo em vista as receitas próprias obtidas no período pela prestação de serviços técnicos e receitas financeiras decorrentes da aplicação mencionada na nota explicativa "Caixa e equivalentes de caixa".

31. Atividades Operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Receita de Prestação de Serviço	3.485.176	1.066.438
Receita de Aplicação Financeira	2.260.094	191.024
Total Receitas Próprias	5.745.270	1.257.462
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	7.150.484	2.318.409
Posição das Receitas Próprias frente ao Fluxo de Caixa Operacional	80%	54%

Os recursos a título de receitas próprias obtidos pela EPL contribuíram consideravelmente para a geração de caixa nas atividades operacionais tanto no 2º trimestre de 2022 quanto de 2021.

32. Despesas tributárias

	30/06/2022	30/06/2021
IRPJ	(646.489)	(27.273)
IRRF s/ Aplicação Financeira	(426.709)	(39.405)
CSLL	(315.399)	(60.344)
IPTU	(141.091)	(132.498)
ISS	(128.826)	(21.226)
COFINS	(93.275)	(57.741)
IOF	(28.193)	(49.603)
Outras despesas tributárias	(18.187)	(21.825)
Saldo líquido	(1.798.169)	(409.915)

Os valores dos tributos pagos no período correspondem aos apurados nas competências de dezembro/2021, janeiro a maio/2022, quitados no mês subsequente ao da sua apuração. Referem-se ao IRPJ e a CSLL, apurados sobre o lucro; ISS, PIS e COFINS apurados sobre os faturamentos; bem como IPTU e IOF, o qual incide sobre a transferência de recursos financeiros referentes aos Acordos de Parceria nº 01/2019, celebrado entre a EPL e a *International Finance Corporation* – IFC e nº 02/2021, celebrado entre a EPL e a Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

33. Atividades de Investimento e Financiamento

	30/06/2022	30/06/2021
Elaboração de Estudos e Projetos	(13.378.352)	(14.944.392)
Aquisição de imobilizado	(154.378)	(179.305)
Total Atividades de Investimento	(13.532.730)	(15.123.697)
Adiantamento para futuro aumento de capital	14.512.208	16.190.357
Total Atividades de Financiamento	14.512.208	16.190.357

Os recursos a título de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) são integralmente aplicados em estudos e projetos que gerarão prováveis benefícios econômicos futuros por meio do ressarcimento quando da concessão de rodovia promovida pelos clientes da EPL e da entrega dos serviços aos clientes.

34. Quadro Demonstrativo da Composição Salarial da EPL

	Gratificação			Benefícios		
	Menor	Maior	Média	Saúde		Refeição
				Menor	Maior	Média
Conselheiros	3.171	3.171	3.171	-	-	-
Diretores	29.274	29.274	29.274	-	-	429
Demais	5.886	23.545	13.102	121	242	667

Para atendimento do item 17 do CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, divulga-se o quadro de remuneração de pessoal da EPL. Informa-se ainda que, em caso de exoneração de diretor ou ocupantes de Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, há previsão de remuneração compensatória (quarentena) pelo período de seis meses, que deverá ser previamente autorizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

35. Benefícios Concedidos

	30/06/2022	30/06/2021
Auxílio Creche	58.045	42.246
Auxílio Alimentação	543.548	523.243
Assistência Médica	179.494	164.923
Total	781.087	730.412

Divulga-se o valor dos benefícios que os colaboradores da EPL receberam no segundo trimestre de 2022 comparado ao de 2021.

Mateus Szwarcwing
Diretor-Presidente

Marcelo Guerreiro Caldas
Diretor de Gestão

Rafael Antonio Cren Benini
Diretor de Planejamento

Andreia Alves Pimenta
Contadora
CRC – SC 034016/O-7 T-PR



AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br